



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 17h
Público << Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001460-51.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **FERNANDO CHRISTIAN MESSIAS**
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Fernando Christian Messias propôs a presente ação contra o réu INSS, pedindo que seja concedido o benefício de auxílio acidente, de natureza acidentária, a partir da alta médica e, por conseguinte, que seja condenado no pagamento de todas as parcelas vencidas e vincendas até a efetiva implantação, inclusive 13º salários, com juros, atualização monetária e demais cominações legais.

O réu, em contestação de folhas 43/54, pede a improcedência da ação, porque não restou provada a redução da capacidade laborativa.

Réplica de folhas 58/59.

Laudo médico pericial de folhas 184/488.

Manifestações acerca do laudo pericial por parte do autor e réu, respectivamente às fls. 189/196 e 201/203.

Passo ao julgamento.

O acidente de trabalho está definido no artigo 19 da Lei 8.213/91.

Para se caracterizar um acidente de trabalho, devem estar presentes três requisitos: o evento danoso (infortúnio), as sequelas incapacitantes ou a morte



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 17h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

(consequencial) e que o evento lesivo tenha sido ocasionado durante a prestação do trabalho (nexo causal).

O benefício auxílio acidente será concedido ao segurado que, após sofrer acidente de trabalho, passa ter redução na sua capacidade de trabalho. Em outras palavras, confira o artigo 86, caput, da Lei 8.213/91.

O fato gerador do implica em: 1) acidente; 2) sequelas redutoras da capacidade laborativa do segurado; 3) nexo causal entre o acidente e as sequelas, ou seja: necessária à redução da capacidade para o trabalho habitualmente exercido, resultante da consolidação das lesões decorrentes de acidente de trabalho.

Com efeito, a perícia conclui (folhas 187) que se trata de acidente de trabalho e, nas palavras da *expert* nomeada pelo juízo: “bem como a fratura de fêmur à esquerda tratada cirurgicamente não confere ao autor prejuízo ao exercício da função de vigia (*ronda com moto*) exercida na época do trauma ou trabalho de vigia em portaria, porém, para as atividades em geral onde houver necessidade de deambulação excessiva com carga/esforço, haverá necessidade de dispêndio de maior e permanente esforço”.

Assim sendo, preenchido o disposto no artigo 86, caput, da Lei 9.213/91.

Por outro lado, a fixação do termo inicial deve acontecer por ocasião da data do laudo pericial, e não da data da alta médica como pugna o autor, eis que a incapacidade só restou provada quando da perícia.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de conceder à parte autora o benefício previdenciário auxílio doença acidentário, calculada a renda mensal inicial de acordo com os índices previdenciários, tendo como termo inicial a data do laudo pericial. Diante da procedência da ação, considerando a natureza alimentar do benefício, concedo a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 17h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

tutela antecipada, para o fim de determinar que o INSS implante o benefício no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 300,00. Oficie-se. A correção monetária das parcelas em atraso observará os critérios da Lei nº 8.213/91 e suas alterações posteriores, observada, ainda, a orientação da Súmula 148 do STJ. Os juros moratórios incidem a partir do termo inicial do benefício, observando-se a Lei nº 11.960/09 (índice da caderneta de poupança). Os honorários advocatícios são de 10% sobre as parcelas vencidas até a data da sentença, nos termos da Súmula nº 111, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. P.R.I.C. São Carlos, 06 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**